



SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES NA ÁREA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE (PB)

SILVA, Heitor de Andrade. (1)

SILVA, Karla Victoria Nunes da. (2)

LIMA, Ana Carla de Sousa. (3)

(1) Professor Doutor, Universidade Federal de Campina Grande, UFCG – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Design, Campina Grande, PB, Brasil; e-mail: heitor.andrade@ufcg.edu.br

(2) Graduanda, pesquisadora de iniciação científica, Universidade Federal de Campina Grande, UFCG – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Campina Grande, PB, Brasil; e-mail: karla.ns@hotmail.com

(3) Graduanda, pesquisadora de iniciação científica, Universidade Federal de Campina Grande, UFCG – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Campina Grande, PB, Brasil; e-mail: slima.anacarla@gmail.com

RESUMO

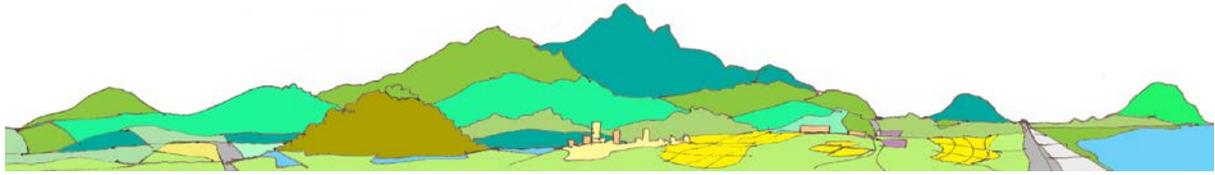
A desarticulação dos espaços livres públicos de muitas cidades brasileiras associada a não apropriação pelo estado e pela sociedade desses elementos configuram-se em uma ameaça a sua permanência, assim como enfraquece o seu papel estruturador do tecido urbano. Este artigo objetiva identificar elementos morfológicos capazes de articular espaços livres da área central de Campina Grande, visando à constituição de um sistema, estruturado no tripé, recursos hídricos, mobilidade urbana e projeto nos espaços livres, e através de ferramentas legais e elementos físico-espaciais existentes. Utiliza o geoprocessamento como ferramenta para sistematização de dados. A referida problemática da desarticulação dos espaços livres públicos está presente em Campina Grande, PB, e vincula-se a um considerável descompasso entre o planejamento e a gestão do espaço urbano.

Palavras-chave: Espaços livres; Sistema de espaços livres; morfologia urbana; projeto.

SYSTEM OF OPEN SPACES IN CENTRAL AREA OF CAMPINA GRANDE

ABSTRACT

The dismantling of public open spaces in many Brazilian cities associated with non-appropriation by the state and society of these elements constitute a threat in its permanence, and weakens its structuring role of the urban fabric. This article aims to identify morphological elements able to articulate open spaces in the central area of Campina Grande, in order to set up a system structured on the tripod, water resources, urban mobility



and design in open spaces, and through legal tools and physical- spatial elements existing. Uses GIS as a tool for systematization of data. That issue of dismantling of public open spaces is present in Campina Grande, PB, and is linked to a considerable mismatch between planning and management of urban space.

Key-words: *open spaces; system of open spaces; urban morphology; design.*

INTRODUÇÃO

Os espaços livres enquanto elementos estruturadores de um crescimento socioambiental equilibrado das cidades ganham importância, no meio técnico científico e acadêmico devido à contínua ampliação da ocupação urbana no Brasil. A desarticulação dos espaços livres públicos de muitas cidades brasileiras, contudo, associado a não apropriação, pelo estado e pela sociedade, enfraquece o seu papel, assim como a sua consolidação como locais públicos, capazes de promover o sentido cívico e a equidade social.

Em Campina Grande, PB, a questão dos espaços livres começam a ser estudados a poucos anos. Com uma população média de 380 mil habitantes, a cidade é considerada um polo econômico do Agreste da Paraíba, região do Semiárido brasileiro, Nordeste do país. Em uma altitude média de 550 metros, situa-se no oriente do Planalto da Borborema, estando distante, aproximadamente, 130 km de João Pessoa, capital paraibana e litoral do estado. Seu território abrange uma área estimada de 595 km² e apresenta densidade demográfica de 648,31 hab/km². Para os padrões brasileiros, é uma cidade nova e de porte médio – este ano (2014) comemora o seu sesquicentenário –, entretanto apresenta importantes problemas urbanos, com destaque para as questões de mobilidade urbana e de gestão dos seus limitados recursos hídricos. Com destaque para esse último, o açude Boqueirão, que abastece a cidade, está funcionando com aproximadamente 20% de sua capacidade, demandando medidas emergenciais de racionamento de água desde o ano passado. Ademais, o planejamento e a gestão do espaço urbano, encontram-se em evidente descompasso com as dinâmicas socioambientais da cidade. Os espaços livres públicos apresentam-se desarticulados e ameaçados de ocupações indevidas.

Neste artigo, apresentamos algumas análises sobre um fragmento urbano de Campina Grande/PB, que denominamos “sistema de espaço livre na escala do projeto” (SELEP), conceito que trataremos a seguir, com base nos resultados parciais da pesquisa “CAMPINA GRANDE (PB): sistema de espaços livres da área central da cidade”, que objetiva identificar elementos morfológicos capazes de articular espaços livres da área central de Campina



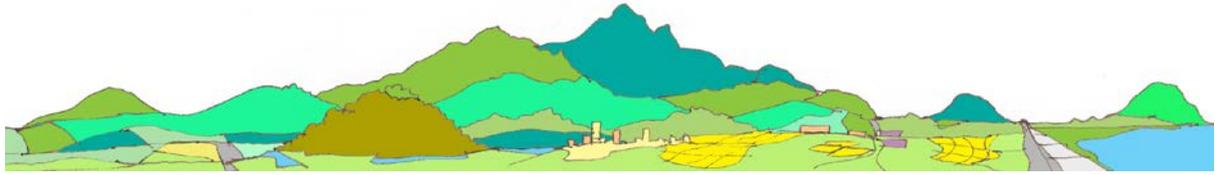
Grande, visando a constituição de um sistema, estruturado no tripé, recursos hídricos, mobilidade urbana e projeto nos espaços livres, e através de ferramentas legais e elementos físico-espaciais existentes. O projeto vincula-se ao grupo de pesquisa *Produção da Habitação e da Cidade* estabelecido no *Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)* e constitui a continuidade de estudos realizados desde antes da I Oficina Quapá SEL Campina Grande (2013), bem como nas pesquisas de iniciação científica (Pibic/Cnpq), em desenvolvimento, especificamente utilizando-se da cartografia produzida (GVSig) e levantamentos de análise do espaço no universo em questão. Aqui, os resultados esperados consistem na utilização de elementos morfológicos (espacial) estabelecidos, que evidenciam o Sistema de Espaços Livres (SEL) públicos identificado na área central da cidade.

Tendo os espaços livres como elementos estruturadores do crescimento e consolidação da cidade, entendemos que esses resultados servirão de base, não apenas, à constituição do SEL, universo de estudo da referida pesquisa, mas de outros sistemas – sobretudo, nas áreas periféricas –, contribuindo, assim, para o fortalecimento da identidade local, coerente com a região do Semiárido, com vistas aos princípios de equidade social e consolidação de ambientes social e ambientalmente sustentáveis.

REFERENCIAL TEÓRICO

As cidades médias brasileiras convivem com o problema da falta de espaço para a expansão dos seus territórios. Isso não significa a ausência completa de áreas livres, mas demandam o fortalecimento de políticas públicas que orientem a sua adequada ocupação. Sobretudo, considerando, a necessidade de tê-los como espaços destinados ao lazer público e que funcionem como áreas de amenização climática. Reconhecer a situação atual e as tendências de ocupação dessas áreas, bem como as suas funções e potencialidades é condição fundamental para desenvolver os preceitos da sustentabilidade que orientam a política urbana e ambiental do município.

Desse modo, as congregações dos apelos socioculturais e socioambientais se apresentam com força e importância no cenário da política urbana e ambiental, bem como nos meios acadêmicos e teóricos que se dedicam ao assunto. Nesse contexto, colocam-se os espaços livres das cidades, que têm sido amplamente discutidos no cenário nacional.



Robba e Macedo (2003) definem espaços livres como aqueles espaços que se caracterizam pela ausência de estruturas edificadas (recintos ou ambientes cobertos e fechados), que não estão contidos dentro de um invólucro, incluindo tanto os domínios públicos como os privados. No mesmo sentido Sá Carneiro e Mesquita (2000, p.24), definem os espaços livres no contexto da estrutura urbana como:

Áreas parcialmente edificadas com nula ou mínima proporção de elementos construídos e/ou de vegetação – avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios, largos, etc. – ou com presença efetiva de vegetação – parques, praças, jardins, etc. – com funções primordiais de circulação, recreação, composição paisagística e de equilíbrio ambiental, além de tornarem viável a distribuição e execução dos serviços públicos em geral. São ainda denominados espaços livres, áreas incluídas na malha urbana ocupadas por maciços arbóreos cultivados, representados pelos quintais residenciais, como também pelas atuais áreas de condomínio fechado, áreas remanescentes de ecossistemas primitivos – matas, manguezais, lagoas, restingas, etc. – além de praias fluviais e marítimas.

Destacam-se, nessa última conceituação, as áreas remanescentes de ecossistemas primitivos, que são, em geral, unidades de conservação protegidas por lei, assumindo uma função socioambiental, embora nem sempre sejam de domínio (propriedade) público.

Se tomarmos como referência a natureza morfológica desses espaços, tal delimitação aplica-se, na mesma medida, ao conjunto dos espaços públicos constituintes do tecido urbano como as vias, largos e praças, passeios e esplanadas, cais e pontes, além de rios, canais e praias e aos demais espaços livres presentes nos espaços privados e semiprivados (semipúblicos) que também correspondem às parcelas fundiárias que os envolvem.

Os espaços livres, quando articulados, também, podem ser entendidos como uma unidade morfológica, constituindo o que poderíamos denominar sistema. De acordo com Ferrari (1997, apud SILVA 2009), sistema significa reunião, grupo, conjunto. Para esse autor um sistema é composto pelas partes ou elementos componentes e as interligações ou interações entre elas. Essa interação ou interligação possui um objetivo funcional. Preto (2009) acrescenta que o sistema de espaços livres públicos pode valorizar áreas urbanas consolidadas, melhorando o ambiente urbano, proporcionando espaços que possibilitam uma diversidade de encontros públicos, envolvendo a população e seu cotidiano. Desse modo, o sistema de espaços livres públicos é composto por um conjunto de espaços, interligados entre si de diferentes formas, e são neles onde as trocas interpessoais e encontros sociais acontecem, abrindo possibilidades para a vivência e apropriação do



espaço. De acordo com Leitão (2002), nos espaços públicos se fortalecem as relações coletivas, que possibilitam as trocas fundamentais e o convívio com a diferença.

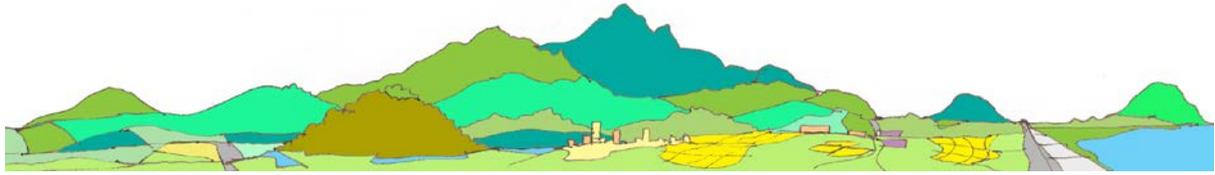
Naturalmente, as relações espaciais dos sistemas de espaços livres de uma cidade são dinâmicos, podendo incluir diferentes escalas, desde a metropolitana, a de cidade ou a de um fragmento urbano. Interessa-nos esse último, ao qual, também, poderíamos denominar sistema de espaço livre na escala do projeto. Esse conceito pode se relacionar com a própria noção de projeto urbano. Segundo Ingallina (2008), o conceito de projeto urbano surgiu como substituto da ideia de plano, sendo classificado como um projeto arquitetônico para grande escala. Esse conceito era utilizado por arquitetos como sinônimo de composição urbana por volta dos anos 1970.

De acordo com Silva (2012), o projeto urbano considera diferentes parâmetros, como divisões do solo e tipologias edilícias, técnicas construtivas e regulamentos urbanísticos, permitindo o controle da obra. Seu principal objetivo é criar meios para o melhoramento da gestão do tecido e da edificação. Um projeto urbano, seja aquele que abrange uma mancha relativamente grande na cidade ou uma área que pode estar contida em um só bairro, devido a sua escala,

demanda a capacidade de passar de uma escala para outra, de lidar com programas diferentes, de misturar as tipologias, articular diferentes setores e traçados, identificar as demandas por substituições, variar as densidades, precisar os programas, mensurar seus efeitos sobre os espaços públicos etc. Permite, igualmente, determinar as fases de realização e de repartir as intervenções dos diversos arquitetos e urbanistas, articular as diversas arquiteturas ao mesmo instante dos espaços públicos. (SILVA, 2012, p. 105)

O Sistema de Espaços Livres na Escala do Projeto (SELEP), universo de estudo desta pesquisa, pode ser definido, também, com base em alguns parâmetros teóricos, conforme é apresentado a seguir. A noção de escala numa perspectiva espacial é uma primeira associação conceitual que merece destaque.

Nesse sentido, inicialmente, cabe trazer a abordagem de Lamas (2004), que distingue três situações no que se refere à escala de atuação urbana: a dimensão territorial (escala da cidade), a dimensão urbana (escala do bairro), e a dimensão setorial (escala da rua). Com destaque para esta última, o autor diz que a dimensão setorial será a menor unidade ou porção do espaço urbano com forma própria. E, a abordagem de De Gracia (1992), que apresenta em um mesmo sentido conceitual, a escala do lócus, quando a ação modificadora



em determinado objeto reconhece nos elementos do entorno os principais parâmetros norteadores do projeto em suas mais diversas maneiras de diálogo formal.

Rossi (2001), através do conceito de área-estudo nos possibilita aprofundar essa reflexão. O autor entende a cidade como um artefato, considerado uma arquitetura em escala urbana, dotada de atributos físicos e sociais. Nesse contexto, dedica-se a inúmeras conceituações de “área”, onde ocorrem os fatos urbanos. As áreas são entendidas como unidades do conjunto urbano, que emergiram através de diferentes processos de crescimento. São partes que adquiriram características próprias. A unidade dessas partes é dada pela história e pela memória. Essas unidades são definidas pela sua localização (a projeção no terreno dos fatos urbanísticos).

Nesse sentido, introduz o conceito de área-estudo, considerando as inter-relações entre elementos e fatos urbanos, a fim de tornar mais claro o recorte geográfico identificado. A área-estudo é uma abstração para se estudar um determinado fenômeno, que remete ao elemento urbano – sistema viário – e fato urbano – características históricas. Com base nessas abstrações, é possível estudar, por exemplo, as características de um determinado lote e sua influência sobre um tipo de habitação. Com base nessa noção, Rossi introduz o conceito de área-estudo (espacial).

Para o autor, a área-estudo pode ser considerada uma abstração do espaço da cidade, servindo para definir um determinado fenômeno; de um lado, é um método de trabalho; de outro, um elemento qualitativo da cidade. Pode ser compreendido, de certa maneira, do ponto de vista de intervenção, em que se deve operar sobre um pedaço de cidade, bem como a partir do entendimento de que a cidade não é uma criação que possa ser reduzida a uma ideia básica; a cidade é a soma de muitas partes, bairros e distritos diferentes em suas características sociais e formais.

Do ponto de vista da morfologia urbana, as áreas-estudo consistem nas regiões urbanas com características de homogeneidade física e social, do ponto de vista sociológico, são onde as atividades de grupos sociais se manifestam duradouramente através de determinadas características territoriais homogêneas. Para o autor a definição de homogeneidade tipológica consiste em “todas aquelas áreas que apresentam uma constância dos modos e dos tipos de vida que se concretiza em edifícios semelhantes”. (ROSSI, 2001, p.67).



Com base nesse breve arcabouço, podemos identificar nas três definições abordadas – por Lamas, De Gracia e Rossi –, bem como na noção de projeto urbano, resumida por Silva, o propósito de unidades autônomas e homogêneas do ponto de vista social e morfológico, que possibilitam uma demarcação físico-espacial e o entendimento de projeto, que remete a busca do resgate de uma unidade de áreas com potencial agregador. São abordagens perfeitamente aplicáveis à ideia de um SEL na escala do projeto (SELEP), que se pode resumir como parte de um todo (o SEL na escala da cidade), um fragmento urbano, um circuito percorrível a pé.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A leitura técnica do sistema que apresentaremos a seguir, baseia-se na identificação de elementos morfológicos e físico-espaciais. O material cartográfico produzido na I Oficina Quapá SEL Campina Grande, bem como as macrocategorias desenvolvidas na pesquisa Pibic (2013-14) serviram de referência para a investigação. O universo em questão refere-se ao perímetro que abrange o Parque da Criança, o Açude Velho, o Parque do Povo, o Parque Evaldo Cruz (Açude Novo), a Avenida Floriano Peixoto, e as praças da Bandeira e Clementino Procópio.

A investigação foi estruturada em quatro procedimentos metodológicos, bem como nas seguintes ferramentas: 1) Levantamento bibliográfico (estado da arte). Nessa fase foram consolidados os conceitos básicos de espaços livres e sistemas de espaços livres, bem como aprofundados os principais autores e publicações referentes aos conceitos apreendidos. 2) Coleta de Dados. Para essa etapa, foi desenvolvida uma ficha técnica com base em quatro eixos de pesquisa: (i) morfologia urbana, (ii) mobilidade urbana, (iii) recursos hídricos e (iv) projeto nos espaços livres. (i) Nesse primeiro eixo foram abordados temas como tipos de espaço, elementos arquitetônicos existentes, presença de comércio e mobiliário público avaliando questões quantitativas e qualitativas deste último, verificando sua existência, estado físico e distribuição no espaço. (ii) Neste foram analisados pontos como tipos de vias, características topográficas, existência de barreiras físicas e/ou psicológicas, além de equipamentos que contribuem para a mobilidade (faixa de pedestre, ponto de ônibus, bicicletário etc). (iii) Eixo que aborda permeabilidade do solo e vegetação. (iv) Aspecto que verifica o cumprimento ou não da função de projeto prevista para o espaço. O preenchimento das fichas foi realizado através de visitas in loco, aliado à observações e registros fotográficos. 3) Sistematização de dados. Nesta fase foi consolidada uma base

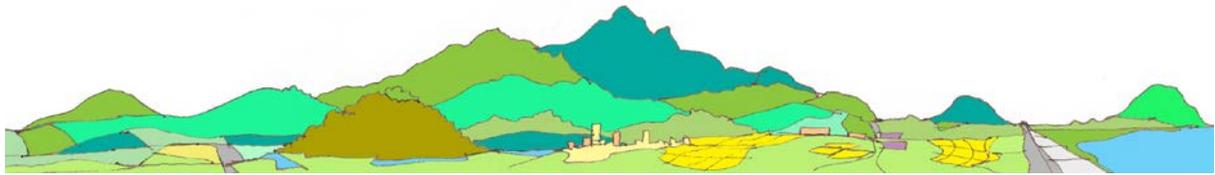


digital aliando uso de arquivos KML, gerados a partir da ferramenta Google Maps, e *Shape Files* da cidade de Campina Grande, trabalhados em conjunto no software ArcGIS, a partir disso foram criados *Shape Files* específicos de cada espaço estudado, por meio de alimentação de suas respectivas tabelas de atributos com os dados coletados. Diante disso, como material base para futuras intervenções, estão sendo produzidos mapas temáticos, gráficos e quadros comparativos de imagens como suporte para o processo de análise dos dados, facilitando a leitura e apreensão dos diversos aspectos presentes na ficha de análise.

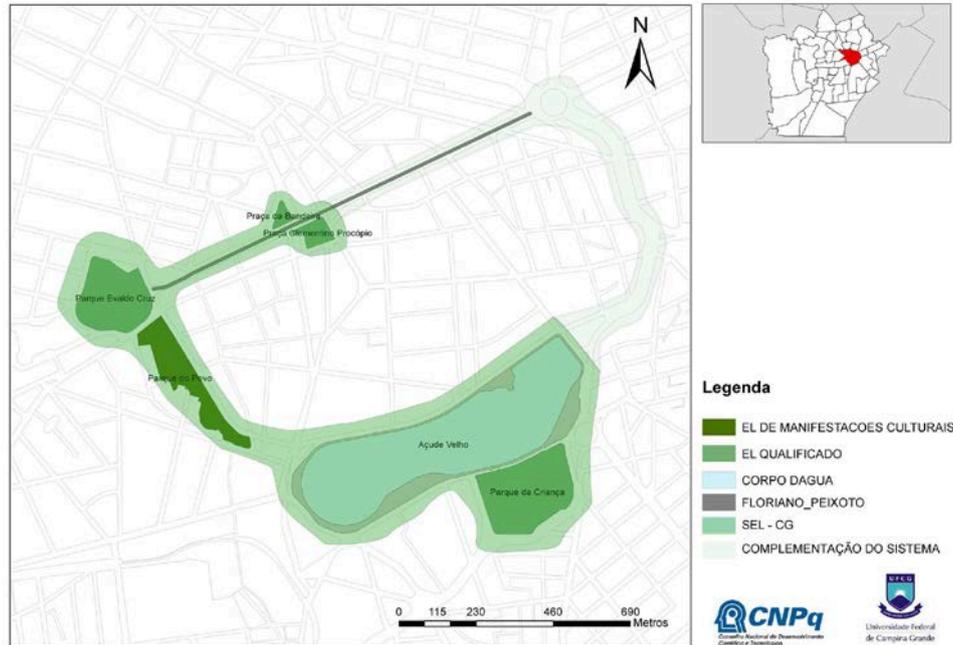
4) Análise de dados. Fase em andamento que consiste na interpretação e apreensão dos dados para o diagnóstico dos aspectos que corroboram para a articulação ou desarticulação do sistema proposto. Identificação de aspectos que promovem a interdependência dos espaços e reconhecimento de empecilhos para a apreensão e constituição de um sistema de espaços livres.

RESULTADOS E ANÁLISES

Adotando uma visão macro para o SELEP estudado, pode-se perceber com clareza uma conexão entre os espaços e que há a possibilidade de um fechamento de um circuito. Porém o perímetro em questão foi definido pelo fato de ser facilmente percorrível a pé, e o seu diagnóstico e caracterização servirão como piloto para intervenções posteriores, tanto nos espaços em questão quanto em outras zonas da cidade, ou até mesmo em cidades diferentes com movimentos semelhantes, podendo haver adaptações na metodologia se houver muita disparidade entre dinâmicas urbanas. O sistema viário é protagonista na função de interligação dos espaços, e o potencial de reconhecimento desse conjunto como SEL é evidenciado no Mapa 1.

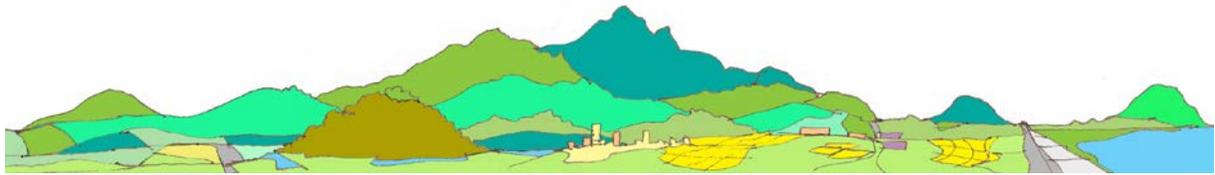


Visão Macro do SELEP

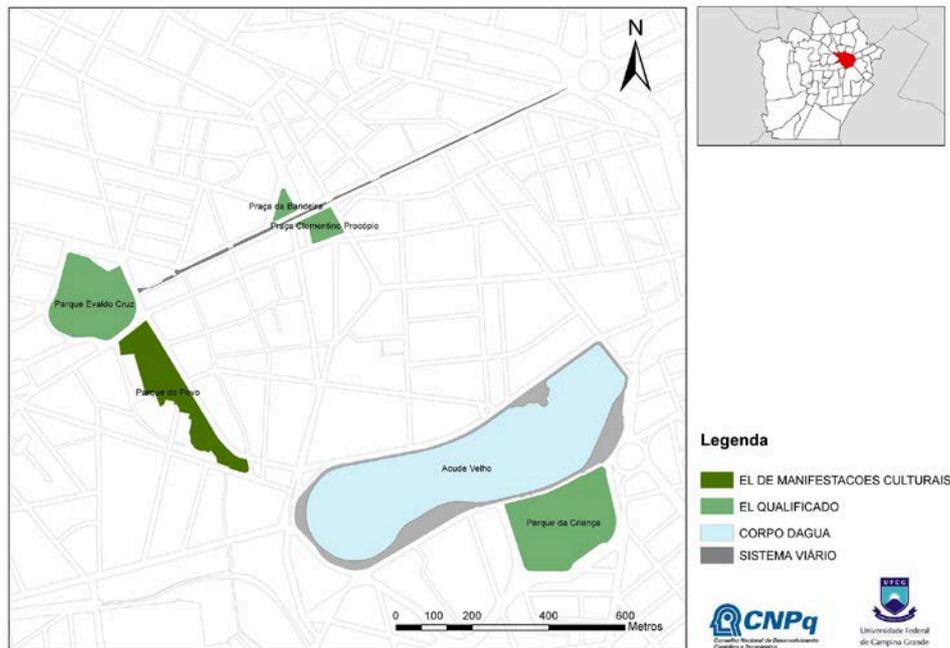


Mapa 1: Mapa da Visão Macro do SELEP. Lima, A.; Silva, K./Dados cartográficos PMCG. 2015

Para a classificação dos tipos de espaço (Mapa 2), fez-se uso das categorias definidas no projeto de pesquisa anterior (Pibic 2013/14), **Espaços Livres em Campina Grande:** Um quadro de paisagismo na cidade, em que foram identificadas sete tipos de ELs, que levaram em consideração aspectos, principalmente de ordem socioambiental e geográfica. Quatro dessas categorias foram identificadas no SELEP: EL de manifestações culturais; EL qualificado; Corpos d'água; Sistema viário.



Classificação dos tipos de espaço



Mapa 2: Mapa Tipos de espaço. Lima, A.; Silva, K./Dados cartográficos PMCG. 2015

Como EL de manifestação cultural encontramos o Parque do Povo (Figura 1), local onde acontecem eventos específicos em determinadas épocas do ano, tais como Consciência Cristã (no período do carnaval), o Campimóveis, feira imobiliária da construção civil da Paraíba, (entre os meses de fevereiro, março e abril, sem data específica), O Maior São João do Mundo (junho e julho), entre outros eventos. Porém quando não está sendo utilizado para estes fins, o espaço é subutilizado em boa parte do tempo, acontecendo algumas apropriações informais, como a prática de esportes e atividades de lazer principalmente no período noturno.



Figura 1: (i) Parque do Povo em período de estruturação para o São João. Lima, A. 2015. (ii) Parque do Povo em período de São João. reporteriedoferreira.com.



Na categoria dos ELs qualificados encontram-se a maior parte dos espaços. São eles o Parque da Criança, Parque Evaldo Cruz (Açude Novo), Praça Clementino Procópio e Praça da Bandeira. Apesar desses espaços pertencerem à uma mesma classificação, existe uma grande disparidade de níveis e formas de apropriação. Destes os mais utilizados são o Parque da Criança (Figura 2) e a Praça da Bandeira, sendo o primeiro bem servido de diversos equipamentos, tais como quadras de esportes, playground, academia pública, pista de bicicross, espaços livres para usos diversos, entre outros.



Figura 2: Parque da Criança. Silva. K. 2015.

A Praça da Bandeira (Figura 3) tem grande utilização principalmente por estar localizada em área comercial de grande fluxo no centro da cidade, tanto em relação ao fluxo local, entorno imediato, quanto ao fluxo interbairros, por estar localizada em uma via estruturante (Av. Floriano Peixoto) que está incluída em um grande número de itinerários de transporte público.

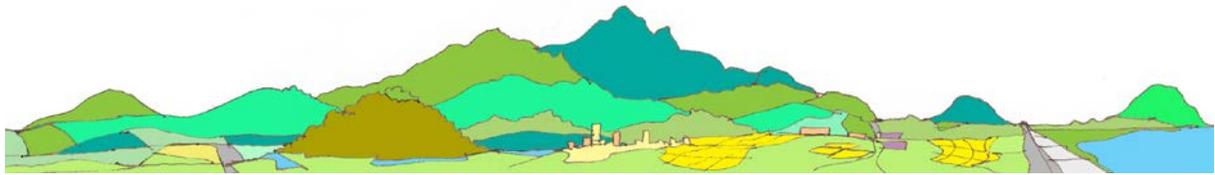


(i)

(ii)

Figura 3: (i) e (ii) Praça da Bandeira. Dantas. I. 2013.

O Parque Evaldo Cruz (Figura 4), popularmente conhecido como Açude Novo, e a Praça Clementino Procópio (Figura 5) são os menos utilizados dessa classificação. São espaços com potencial de uso, pois detêm áreas destinadas a permanência, com mobiliário urbano que permitem esse tipo de prática. Mas em contrapartida, possuem dois aspectos em comum que são considerados empecilhos para a sua apropriação, barreiras físicas – referentes à topografia e edificações localizadas na extremidade dos espaços, que dificultam a visualização entre o EL em questão e o outro EL mais próximo do sistema – e as barreiras



psicológicas – referentes à clara sensação de insegurança que repele a população deste local.



Figura 4: Parque Evaldo Cruz. Lima. A. 2015.



Figura 5: Praça Clementino Procópio. Lima. A. 2015.

O Açude Velho (Figura 6), classificado como Corpo d'água, é contornado por um calçadão bastante utilizado para a prática de atividades físicas em diversos períodos do dia. Possui comércio formal e informal em suas margens, e é onde está localizado o Museu de Arte Popular da Paraíba (MAPP) do arquiteto Oscar Niemeyer, e o recém construído Memorial do sesquicentenário de Campina Grande.



Figura 6: Açude Velho. Silva. K. 2015.

Na classe Sistema viário encontra-se a avenida Floriano Peixoto (Figura 7), via estruturante da cidade, de acordo com o Plano de Mobilidade Urbana de Campina Grande (PlaMob) em desenvolvimento. Tal avenida é um eixo de grande importância da malha urbana que cruza toda a cidade, conectando diretamente três ELs estudados.

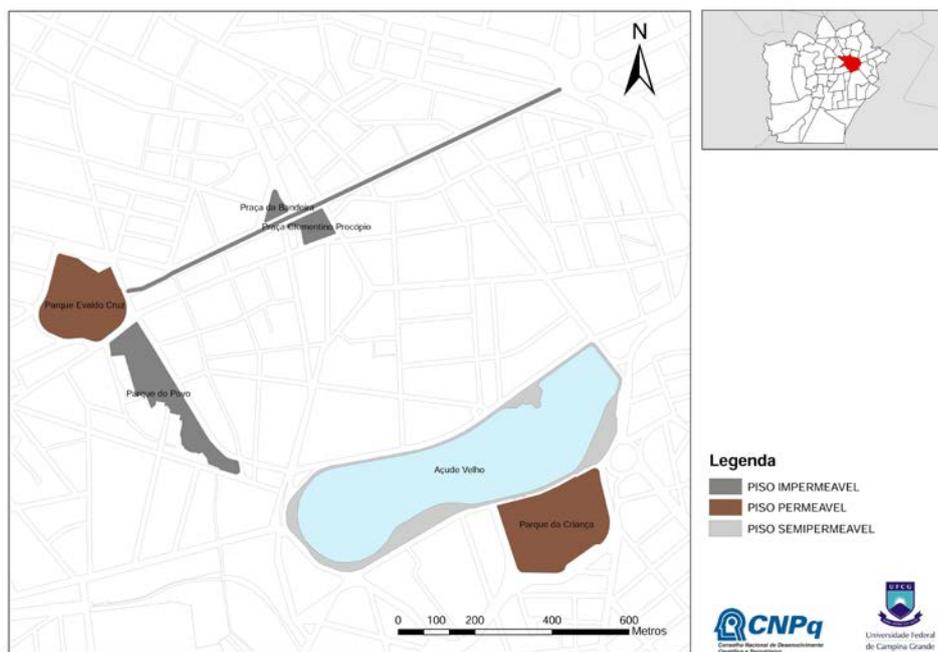


Figura 7: Avenida Floriano Peixoto. skyscrapercity.com. 2009.



Relacionando-se com o eixo de análise Recursos Hídricos, empregado na ficha técnica, o Mapa 3 apresenta a predominância dos níveis de permeabilidade do solo, que por sua vez tem relação com usos propostos para o espaço.

Permeabilidade do solo



Mapa 3: Mapa Permeabilidade do Solo. Lima, A.; Silva, K./Dados cartográficos PMCG. 2015

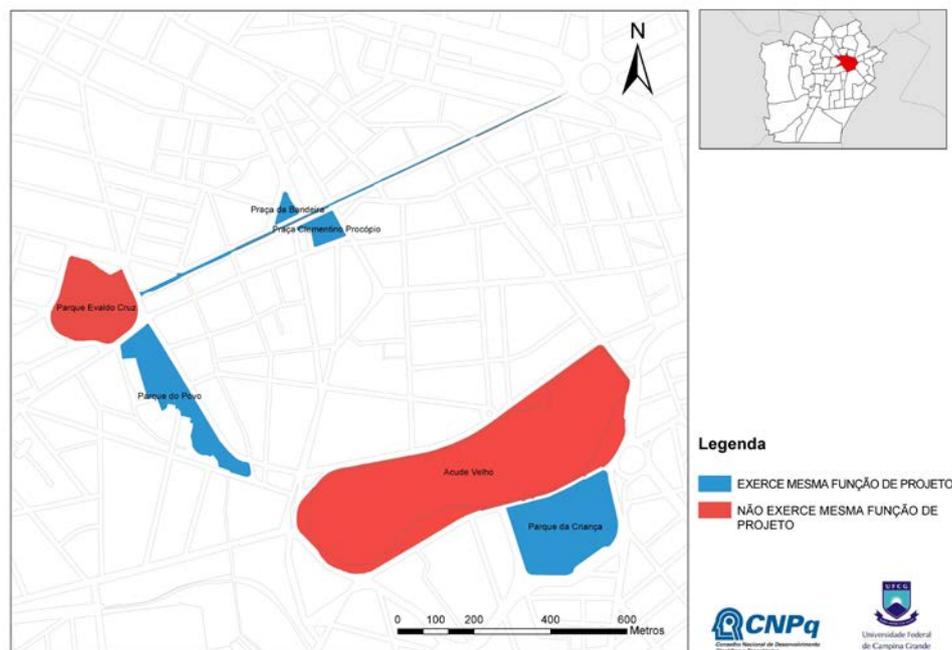
Os parques Evaldo Cruz e da Criança proporcionam atividades esportivas e recreativas ao ar livre, possuem predominância do solo natural, piso permeável, caracterizados por maciços arbóreos. O Parque do Povo, por sua vez, apesar de ser denominado “parque” possui predominância de piso impermeável, já que foi planejado para comportar um grande número de pessoas para fins de manifestações culturais.

Enquanto que as praças Clementino Procópio e da Bandeira, mesmo contendo vegetação para a garantia de sombra e conseqüente permanência, possuem o predomínio de pisos impermeáveis.

No eixo de análise Projeto nos Espaços Livres, um dos principais aspectos diagnosticados foi o cumprimento da função original de projeto em cada espaço. No Mapa 4, tem-se um panorama dessa realidade no SELEP. Destes, apenas dois não cumprem sua função original, coincidentemente tratam-se daqueles aos quais competiam a função de abastecimento da cidade no século passado.



Função de projeto



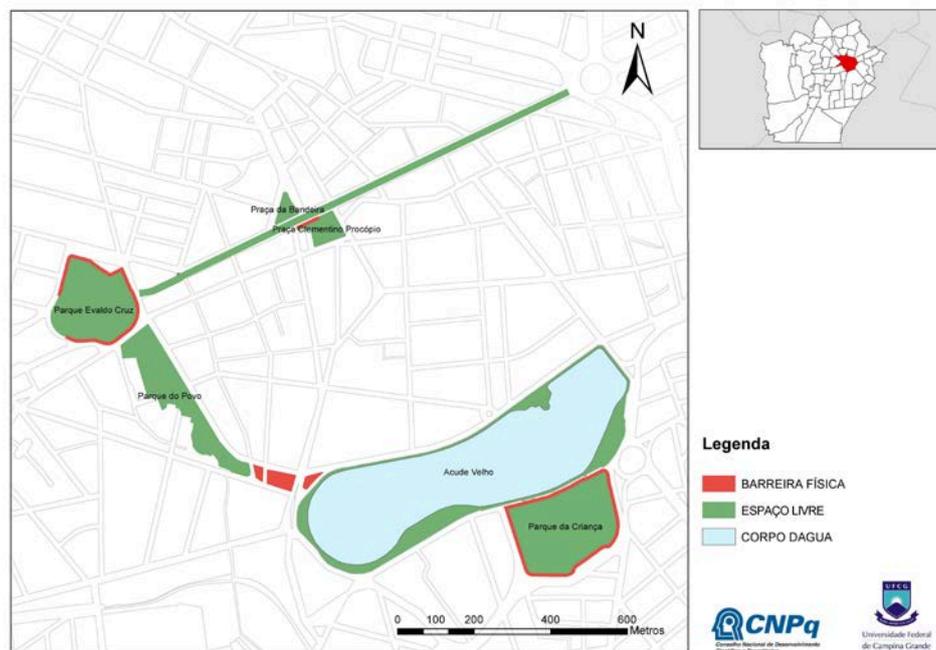
Mapa 4: Mapa Função de Projeto. Lima, A.; Silva, K./Dados cartográficos PMCG. 2015

A mudança mais drástica foi a do Parque Evaldo Cruz, antigo Açude Novo, que diferentemente do Açude Velho, deixou de ser enquadrado na categoria de corpo d'água e foi reformulado no perfil de parque. Outro fator preocupante sobre Parque Evaldo Cruz é seu corrente abandono mesmo depois de sua reconfiguração.

As discussões sobre abandono, baixa apropriação ou até mesmo a desarticulação dos espaços pode ser fundamentada através da identificação de barreiras físicas (Mapa 5) e psicológicas, observadas durante as visitas aos espaços. O Parque Evaldo Cruz e a Praça Clementino Procópio são os espaços que experimentam dessas duas faces.



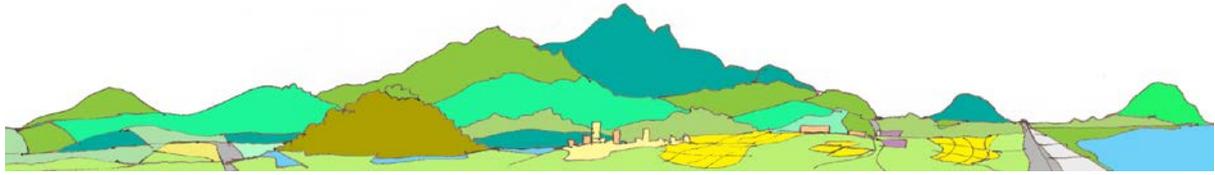
Barreiras físicas



Mapa 5: Mapa Barreiras Físicas. Lima, A.; Silva, K./Dados cartográficos PMCG. 2015

O primeiro sofre por estar fisicamente abaixo do nível da rua, dificultando a comunicação visual entre o EL e seu entorno, inclusive com o Parque do Povo. Além da barreira topográfica, existem as barreiras edilícias, que contornam parte do espaço, “dando as costas” para o parque, entre elas estão quiosques, o Museu de Artes Assis Chateaubriand, onde atualmente funciona a Secretaria de Cultura Municipal (SECULT) e o terminal de integração. Equipamentos como estes poderiam estar integrados de forma mais efetiva com o EL, fazendo com que o seu interior fosse tão utilizado quanto as suas margens, que recebem um fluxo incontável de pessoas todos os dias, principalmente pelo transporte público, enquanto seu interior permanece abandonado: uma das grandes ironias da cidade. Neste cenário, surge uma das principais barreiras: a psicológica, o sentimento de insegurança é um dos principais repelentes da apropriação deste espaço; os poucos pontos de observação, a sensação de fechamento provocada pelas edificações apenas intensificam o abandono, motivado pela cultura do medo.

O segundo, por sua vez, possui barreiras físicas que impedem a visualização do EL mais próximo (Praça da Bandeira), contribuindo para a desarticulação do SELEP. Tais barreiras são compostas pelo setor comercial formal e informal, gerando uma descontinuidade explícita entre esses espaços. Dessa forma, acaba por zonedar a praça em áreas comerciais,



extremamente utilizadas, e de permanência, subutilizada, tornando a sensação de insegurança mais evidente nessa porção.

No restante do SELEP as barreiras encontradas são físicas. O percurso entre o Parque do Povo e o Açude Velho possui edificações que dificultam sua integração visual e consequentemente sua articulação direta. O Parque da Criança, mesmo sendo adjacente ao Açude Velho, está contido em seu próprio perímetro, delimitado por grades, determinando pontos e horários específicos de acesso, prejudicando novamente a compreensão desses espaços como um sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na área central do município de Campina Grande, podemos constatar, com base na leitura morfológica em desenvolvimento, que o SELEP não tem cumprido o seu papel estruturador do espaço urbano da cidade. Pois o espaço revela-se como residual e isolado, onde elementos da escala micro, como mobiliário degradado, barreiras físicas, sensação de insegurança, vem comprometendo a sua apreensão na escala macro.

Considerando os espaços livres como estruturadores do crescimento e consolidação de uma cidade, o estudo e desenvolvimento do SELEP e de sua metodologia geram uma possibilidade de reprodução do modelo em outros cenários urbanos, dentro ou fora do contexto de Campina Grande.

Dessa forma, os resultados da pesquisa, "CAMPINA GRANDE (PB): sistema de espaços livres da área central da cidade" pretendem servir como base de diagnóstico para futuras intervenções projetuais que visam a articulação dos espaços livres da área central da cidade. Com base nos resultados alcançados é possível concluir que os espaços livres em questão encontram-se desarticulados, mas passível de se resgatar o seu sentido de unidade morfológica, ou seja, de um Sistema de Espaços Livres na escala do projeto.

REFERÊNCIAS

GRAZIA, Grazia de. (Org). **Direito à Cidade e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, 1992.

INGALLINA, Patrizia. **Le projet urbain**. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.



LAMAS, José M. R. Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2004.

LEITÃO, Lucia. **As Praças que a Gente tem, as Praças que a Gente Quer. Manual de Procedimentos para Intervenção em Praças**. Editora Prefeitura de Recife, Recife, 2002.

MACEDO, S. S. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAUUSP / QUAPÁ, 1999. v. 1. 143 p.

N. L. Paulo José. ; SILVA, H. de A. . A Paisagem Costeira de Natal/RN onde se Espacializa uma Coflituosa Relação Socioambiental: relato de uma experiência acadêmica. In: TÂNGARI, Vera Regina; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Mônica Bahia. (Org.). **Sistema de Espaços Livres: o cotidiano, apropriações e ausências**. 1 ed. Rio de Janeiro: Coleção PROARQ, 2009, v. 1, p. 1-496.

PRETO, Maria Helena. **O Sistema de Espaços Livres Públicos como Ferramenta do Planejamento Local**. 2009.

ROBBA, Fabio, MACEDO, Silvio S. **Praças Brasileiras**. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ROSSI , Aldo. **A arquitetura da cidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SILVA, H. de A. et al. Espaços Livres, Mercado Imobiliário e Paisagem: conflitos e potencialidades em Natal/RN. In: TÂNGARI, Vera Regina; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Mônica Bahia. (Org.). **Sistema de Espaços Livres: o cotidiano, apropriações e ausências**. 1 ed. Rio de Janeiro: Coleção PROARQ, 2009, v. 1, p. 1-496.

SILVA, H. de A. et al. **Tecidos urbanos e sistemas de espaço livres em Campina Grande (PB)**: Uma descrição da qualidade da sua forma urbana. In: VII Colóquio Quapá-SEL, 2012, Campo Grande – MS. VII Colóquio Quapá-SEL, 2012.